

1º Reunião Extraordinária

1 - Projeto de lei 891/2014 - Deputado Edmir Chedid - Dispõe sobre a aplicação de penalidades às instituições que não procederem à baixa de gravame sobre veículo automotor nos prazos legalmente fixados. - Deputada Leticia Aguiar - favorável. Voto em Separado do Deputado Jorge Caruso favorável à aprovação do projeto, na forma do substitutivo. - D.J.D.C., S.S., M.N.

2 - Projeto de lei 121/2019 - Deputado Roberto Engler - Obriga as montadoras de veículos, por intermédio de suas concessionárias ou importadoras, a fornecerem veículo reserva similar nos casos de reparos que necessitem de mais de 8 (oito) dias úteis. - Deputada Leticia Aguiar - favorável - R.M., C.M., D.J.D.C. Para deliberação:

Item 3 - Requerimento nº 020, de 2021, de autoria do Deputado Jorge Wilson Xerife do Consumidor, solicitando que se faça convite ao sr. Diego Jorge Dzodan, representante legal de FACI. LY Soluções e Tecnologia Ltda., ou, na impossibilidade de sua presença, ao vice-presidente ou a diretor sênior, para informar e esclarecer quanto ao estabelecimento de valor de preferência e celeridade no atendimento aos consumidores e, ainda, sobre as reclamações de inúmeros consumidores envolvendo o não recebimento de mercadorias adquiridas da referida empresa.

Item 4 - Requerimento nº 021, de 2021, de autoria do Deputado Jorge Wilson Xerife do Consumidor, solicitando que se faça convite ao sr. Paulo Sergio Kakinoff, administrador da empresa Gol Linhas Aéreas Inteligentes S.A., ou, na impossibilidade de sua presença, ao vice-presidente ou a diretor sênior, para informar e esclarecer sobre oferta e compra de bilhetes aéreos, alterações de horários e cancelamentos de voos pela companhia, frente às inúmeras reclamações dos consumidores quanto à falta de observância das regras estabelecidas na legislação consumerista e em especial a atinente aos reembolsos e ao suporte ao passageiro com necessidade de assistência especial - PNAE.

Item 5 - Requerimento nº 022, de 2021, de autoria do Deputado Jorge Wilson Xerife do Consumidor, solicitando que se faça convite ao sr. Jerome Paul Jacques Cadier, Presidente da empresa TAM Linhas Aéreas S.A., ou, na impossibilidade de sua presença, ao vice-presidente ou a diretor sênior, para informar e esclarecer sobre oferta e compra de bilhetes aéreos, alterações de horários e cancelamentos de voos pela companhia, frente às inúmeras reclamações dos consumidores quanto à falta de observância das regras estabelecidas na legislação consume-rista e em especial a atinente aos reembolsos e ao suporte ao passageiro com necessidade de assistência especial - PNAE.

Item 6 - Requerimento nº 001, de 2022, de autoria do Deputado Jorge Wilson Xerife do Consumidor, solicitando que se faça convite ao sr. José Carlos Barbosa de Magalhães, Presidente da empresa AMIL Assistência Médica Internacional S.A., ou, na impossibilidade de sua presença, ao vice-presidente ou a diretor sênior, para informar e esclarecer sobreas denúncias que versam a respeito de serviços contratados que não observaram os direitos de informação clara, específica e objetiva, acerca dos procedimentos de transferência dos consumidores para outras operadoras de planos de saúde, principalmente no que se refere ao respeito às coberturas e redes contratadas e serviços médicos previamente agendados, tais como cirurgias eletivas, tratamentos de doenças crônicas etc.

Item 7 - Requerimento nº 002, de 2022, de autoria do Deputado Jorge Wilson Xerife do Consumidor, solicitando que se faça convocação ao CEO do Banco Itaú, sr. Milton Maluhy Filho, para comparecer à comissão com o objetivo de prestar informações sobre a instabilidade que ocorreu em 03/03/2022 no site, no aplicativo e em outros serviços da instituição financeira, o que levou consumidores a enfrentarem problemas de impossibilita-de de acesso às suas contas bancárias, de ocorrência de transações não reconhecidas e equívocos em extratos bancários, entre outros, o que demanda a necessidade de informações sobre quais serviços de atendimento foram efetivamente atingidos e qual o espectro de consumidores afetados, que tipos de transações e operações foram e ainda estão comprometidas, quais os impactos para o consumidor, quantas reclamações foram registra-das nos canais da empresa e quais medidas de segurança estão sendo tomadas para proteger os dados pessoais dos cor-rentistas de acessos não autorizados e outras situações ilícitas.

Para ciência:

Item 8 - Ofício n.º 271/2021, enviado pelo Presidente da Câmara Municipal de Borborema, encaminhando cópia da Moção de Repúdio n.º 61/2021, aprovada pelos vereadores da Casa Legislativa desta municipalidade, com o objetivo de manifes-tar repúdio pela política de reajustes sucessivos e abusivos instituídos pela Petrobrás, que acarretam aumentos recorrentes nos preços dos combustíveis.

Item 9 - Ofício n.º 797/2021, enviado pelo Presidente da Câmara Municipal de Campos do Jordão, encaminhando cópia da Moção de Repúdio n.º 1.601/2021, aprovada pelos vereado-res da Casa Legislativa desta municipalidade, com o objetivo de manifestar repúdio contra toda e qualquer forma de processo de privatização da Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo (SABESP), que resulte em perda do controle acionário ou de comando da empresa pelo Estado de São Paulo.

Item 10 - Ofício n.º 143/2021, enviado pelo Presidente da Câmara Municipal de Cordeirópolis, encaminhando cópia da Moção n.º 30/2021, aprovada pelos vereadores da Casa Legislativa desta municipalidade, com o objetivo de apelar à administração responsável pelo DETRAN Cordeirópolis/SP - Unidade 157 CIRETRAN para que realize estudos e ações visando à melhoria no atendimento aos usuários da unidade.

Item 11 - Ofício n.º 49/2021, enviado pelo Presidente da Câmara Municipal de São José do Rio Preto, encaminhando cópia da Moção de Aplauso n.º 265/2021, aprovada pelos vereadores da Casa Legislativa desta municipalidade, com o objetivo de aplaudir o Deputado Carlos Pignatari, que, no cargo de Governador do Estado de São Paulo em exercício, vetou o projeto de lei que acaba com a meia entrada em eventos cultu-rais e esportivos do Estado de São Paulo.

Item 12 - Ofício n.º 876/2021, enviado pelo Presidente da Câmara Municipal de Botucatu, encaminhando cópia do Requerimento n.º 931/2021, aprovado pelos vereadores da Casa Legislativa desta municipalidade, solicitando ao Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo, Deputado Carlos Pignatari, bem como aos Deputados Fernando Cury e Wellington Moura, informações sobre as políticas públicas de energias renováveis, mais precisamente energia solar fotovoltaica, através de benefícios individuais e coletivos que essa matriz energética limpa e sustentável apresenta para as socie-dades brasileira, paulista e botucatuense.

ATAS

COMISSÕES DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO, DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA E RELAÇÕES DO TRABALHO E DE FINANÇAS, ORÇAMENTO E PLANEJAMENTO

ATA DA REUNIÃO CONJUNTA DAS COMISSÕES DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO, DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA E RELAÇÕES DO TRABALHO E DE FINANÇAS, ORÇAMENTO E PLANEJAMENTO, DA TERCEIRA SESSÃO LEGISLATIVA DA DÉCIMA NONA LEGISLATURA

Aos nove dias do mês de dezembro de dois mil e vinte e um, às onze horas, em ambiente virtual, e transmitida ao vivo pela Rede AleSp, realizou-se a Reunião Conjunta das Comissões de Constituição, Justiça e Redação, de Administração Pública e Relações do Trabalho e de Finanças, Orçamento e Planejamento, da Terceira Sessão Legislativa da Décima Nona Legislatura, convocada nos termos do artigo 18, inciso III, alínea "d", combinado com o artigo 68, ambos do Regimento Interno e do Ato da Mesa nº 26/2021, e presidida, nos termos regimentais, pelo Senhor Deputado Mauro Bragato. Pela Comissão de Constitui-ção, Justiça e Redação estiveram presentes as Senhoras Depu-

tadas Janaina Paschoal e Marta Costa, os Senhores Deputados Emídio de Souza, Mauro Bragato e Delegado Olim (membros efetivos), as Senhoras Deputadas Carla Morando e Edna Macedo e os Senhores Deputados Adalberto Freitas e Dirceu Dalben (membros substitutos). Ausentes os Senhores Deputados Frederico d’Avilla, Paulo Fiorilo, Carlos Cezar, Marcos Zerbini, Daniel Soares, Thiago Auricchio, Wellington Moura e Heni Ozi Cukier. Pela Comissão de Administração Pública e Relações do Trabalho estiveram presentes os Senhores Deputados Adalberto Freitas e Douglas Garcia (membros efetivos), as Senhoras Deputa-das Professora Bebel, Dra. Damaris Moura e Edna Macedo e o Senhor Deputado Delegado Olim (membros substitutos). Ausentes os Senhores Deputados Teonilio Barba, Marcos Zerbini, Rodrigo Moraes, Altair Moraes, Bruno Ganem, Coronel Telhada, Professor Walter Vicioni e Marcio Nakashima. Pela Comissão de Finanças, Orçamento e Planejamento estiveram presentes a Senhora Deputada Dra. Damaris Moura e os Senhores Deputa-dos Adalberto Freitas, Enio Tatto, Estevam Galvão, Dirceu Dalben, Delegado Olim e Alex de Madureira (membros efetivos) e a Senhora Deputada Edna Macedo (membro substituto). Ausentes os Senhores Deputados Roberto Engler, Gilmaci Santos, Marcio da Farmácia e Edson Giriboni. Havendo número regimental, o Senhor Presidente declarou aberta a reunião, convocada com a finalidade de apreciar a seguinte propositura, tramitando em regime de urgência: Projeto de Lei Complementar nº 46 de 2021, de autoria do Deputado Delegado Olim, que "Altera a Lei nº 10.291, de 1968, que instituiu o Regime especial de trabalho policial, na forma que especifica". Ato contínuo, designou relator o Senhor Deputado Adalberto Freitas, que realizou a leitura da conclusão de seu voto. Colocado em discussão e votação, foi aprovado como parecer o voto do relator, favorável ao projeto. Os Senhores Deputados Delegado Olim, Adalberto Freitas e Emí-dio de Souza usaram a palavra para discorrer sobre a propositu-ra aprovada. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente deu por encerrada a reunião, que eu, Elaine Peceguini, Analista Legislativo, secretariei e da qual lavrei a presente ata que, considerada conforme, foi dada por aprovada e segue assinada pelo Senhor Presidente e por mim, concluindo-se os trabalhos. Ambiente Virtual da Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo, em 09 de dezembro de 2021.

Deputado Mauro Bragato

Presidente

Elaine Peceguini

Secretária

CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR

ATA DA SEGUNDA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR, DA QUAR-TA SESSÃO LEGISLATIVA DA DÉCIMA NONA LEGISLATURA.

Aos vinte e um dias do mês de fevereiro de dois mil e vinte e dois, às dez horas, no Ambiente Virtual da Assembleia Legis-lativa do Estado de São Paulo, realizou-se a Segunda Reunião Extraordinária do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar, da Quarta Sessão Legislativa da Décima Nona Legislatura, sob presidência do Deputada Maria Lúcia Amary. Presentes as Senhoras Deputadas Maria Lúcia Amary, Marina Helou e Erica Malunguinho e os Senhores Deputados Adalberto Freitas, Enio Tatto, Barros Munhoz, Delegado Olim, Campos Machado (mem-bros efetivos), os Senhores Deputados Altair Moraes (membro substituto) e Carlos Giannazi, membro substituto, no início da reunião, substituído, durante o seu decorrer, pela Deputada Erica Malunguinho. Presente Senhor Deputado Estevam Galvão (Corregedor da Assembleia Legislativa). Presentes, também, o Senhor Deputado Frederico d’Ávila e sua advogada, Dra. Juliana Alem Santinho. Ausente o Senhor Deputado Wellington Moura. Havendo número regimental, a Senhora Presidente declarou aberta a reunião. Dispensada da leitura, a ata da reunião anterior foi aprovada. Passou-se à apreciação do item único da pauta, Processo RGL nº 13104/2021, ao qual foram anexados os Processos RGL n.ºs 13107, 13108, 13115 e 13511, todos de 2021 - Representação de autoria dos Deputados Emidio de Souza e Ataíde Teruel contra o Deputado Frederico d’Avila, por quebra de decoro parlamentar. Foi relatora a Deputada Marina Helou com voto propondo a perda temporária de seu mandato parlamentar pelo prazo de 3 (três) meses, com o afastamento de toda e qualquer atuação referente ao mandato parlamentar durante esse período, como a titularidade de seu gabinete e a suspensão da percepção de qualquer subsídio pelo parlamentar e vantagens dele decorrentes. O Deputado Delegado Olim apre-sentou voto em separado, propondo que seja aplicada a penali-dade de censura, prevista no artigo 9º, §2º, alínea a, do Código de Ética e Decoro Parlamentar. O Deputado Enio Tatto apresen-tou voto em separado, propondo a pena de perda temporária de seu mandato parlamentar pelo prazo de 6 (seis) meses, na forma do artigo 7º, inciso iii, do Código de Ética e Decoro Parla-mentar, com a suspensão de toda e qualquer atuação referente ao mandato parlamentar durante esse período, como a titulari-dade de seu gabinete, bem como a suspensão da percepção de qualquer subsídio pelo parlamentar e vantagens dele decorren-tes. Em discussão, pela ordem, o Deputado Barros Munhoz afir-mou que o Deputado Frederico d’Avila cometeu um erro grave, mas penitenciou-se, reconhecendo seu erro. Apresentou vídeo em que o Papa João Paulo II perdoa o terrorista turco pela ten-tativa de homicídio. O Deputado Campos Machado disse que também acredita no perdão e que o Deputado Frederico d’Avila demonstrou arrependimento. O Deputado Enio Tatto afirmou tratar-se de um momento difícil, ter que debater sobre a atitude de um colega. Apresentou vídeo mostrando a fala do Deputado Frederico d’Avila, ocorrida em no dia 14 de outubro de 2021, no Plenário da Assembleia Legislativa e disse tratar-se de uma data infeliz nas atividades desta Casa de Leis. Informou que, apesar de o Papa ter perdoado o terrorista, este não deixou de ser punido pela justiça. A Deputada Marina Helou afirmou que o número de representações apresentadas pelos deputados da Assembleia Legislativa mostra a indignação de seus pares e da população. Acrescentou que a imunidade parlamentar não é absoluta e que existe para que ideias diferentes possam ser discutidas. Acredita que uma punição é necessária, por tratar-se de crime de intolância religiosa, previsto pela legislação. A Deputada Erica Malunguinho afirmou que o debate vai além da atitude do Deputado Frederico d’Avila. Trata-se de pacto segregatório que é preciso conter para que não se chegue à barbárie. O pedido de desculpas não significa que o deputado possa sair ileso de sua prática. É preciso haver uma sanção adequada, para que o Conselho de Ética não se torne um órgão fictício. O Deputado Altair Moraes disse acreditar que certas coisas não podem ser esquecidas, mas entende que tem que haver perdão e dar uma chance de recomeço. A advogada do Deputado Frederico d’Avila, Dra. Juliana Alem Santinho (OAB/SP 343.004) afirmou que a liberdade de expressão é um dos pressupostos da democracia. Rechaçou a hipótese de crime de intolância e disse acreditar que a punição está se dando devido à proximidade do Deputado Frederico d’Avila com o Presidente da República. Acrescentou que a fala de um deputado é algo sagrado e que o Deputado Frederico d’Avila desculpou-se por meio de uma carta aberta. Acha que é preciso haver um escalonamento de pena, pois já houve até vias de fato em plenário que não foram analisadas pelo Conselho de Ética. Pede que seja declarada a improcedência da denúncia ou, pelo menos, que seja aprovado o voto do Deputado Delegado Olim. Encerrada a discussão, antes de dar início à votação, o Deputado Enio Tatto retirou seu voto em separado. Em votação, foi aprovado como parecer o voto da Deputada Marina Helou, propondo a perda temporária do mandato parlamentar pelo prazo de 3 (três) meses, com o afastamento de toda e qualquer atuação referente ao mandato parlamentar durante esse perí-odo, como a titularidade de seu gabinete e a suspensão da per-cepção de qualquer subsídio pelo parlamentar e vantagens dele

decorrentes. Votaram favoravelmente à aprovação do voto em separado apresentado pelo Deputado Delegado Olim os Senho-res Deputados Delegado Olim, Altair Moraes, Campos Machado e Estevam Galvão. Nada mais havendo a tratar, a Senhora Presidente deu por encerrada a reunião, que foi gravada pela Divisão de Painel e Audiofonia e cuja ata eu, Fátima Mônica Bragante Dinardi, Analista Legislativo, lavrei e assino após sua Excelência. Aprovada em reunião de 09/03/2022.

Deputada Maria Lúcia Amary

Presidente

Fátima Mônica Bragante Dinardi

Secretária

Debates

7 DE MARÇO DE 2022

1ª SESSÃO ORDINÁRIA

Presidência: CARLÃO PIGNATARI, CORONEL TELHADA, CORONEL NISHIKAWA, GIL DINIZ e MAJOR MECCA

RESUMO

PEQUENO EXPEDIENTE

1 - PRESIDENTE CARLÃO PIGNATARI

Abre a sessão. Assume o compromisso desta Casa em valorizar as mulheres. Discorre a respeito do Conselho de Ética e suas atribuições.

2 - MAJOR MECCA

Por inscrição, faz pronunciamento.

3 - CORONEL TELHADA

Assume a Presidência.

4 - CORONEL NISHIKAWA

Por inscrição, faz pronunciamento.

5 - CARLOS GIANNAZI

Por inscrição, faz pronunciamento.

6 - CORONEL NISHIKAWA

Assume a Presidência.

7 - MONICA DA MANDATA ATIVISTA

Por inscrição, faz pronunciamento.

8 - PAULO LULA FIORILLO

Por inscrição, faz pronunciamento.

9 - CORONEL TELHADA

Por inscrição, faz pronunciamento.

10 - GIL DINIZ

Por inscrição, faz pronunciamento.

GRANDE EXPEDIENTE

11 - MAJOR MECCA

Por inscrição, faz pronunciamento.

12 - GIL DINIZ

Assume a Presidência.

13 - MAJOR MECCA

Assume a Presidência.

14 - GIL DINIZ

Por inscrição, faz pronunciamento.

15 - ISA PENNA

Pelo art. 82, faz pronunciamento.

16 - GIL DINIZ

Para comunicação, faz pronunciamento.

17 - GIL DINIZ

Solicita o levantamento da sessão, por acordo de lideranças.

18 - PRESIDENTE MAJOR MECCA

Defere o pedido. Convoca os Srs. Parlamentares para a sessão ordinária do dia 08/02, à hora regimental, com Ordem do Dia. Levanta a sessão.

- Abre a sessão o Sr. Carlão Pignatari.

- Passa-se ao

PEQUENO EXPEDIENTE

O SR. PRESIDENTE - CARLÃO PIGNATARI - PSDB - Presente o número regimental de Sras. Deputadas e Srs. Deputados, sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos. Esta Presidência dispensa a leitura da Ata da sessão anterior.

Quero abrir esta sessão afirmando que a Assembleia Legis-lativa do Estado de São Paulo repudia comportamentos sexistas, machistas ou qualquer tipo de preconceito ou incitação ao ódio. Sob esta Presidência nenhum caso ficará sem resposta. Nada será varrido para debaixo do tapete. Esse é o meu compromisso.

E, todas as mulheres, quero colocar esta Casa ao lado de vocês, na luta por mais direitos, igualdade e respeito, reafirmando a defesa e proteção de todas, com a coragem, não tenho nenhuma dúvida, o Conselho de Ética nesta gestão tem sido acionado para cumprir o seu dever, e analisando de forma independente e imparcial denúncias graves. O Plenário tem tratado todos os casos com a seriedade que requerem, aplicando punição nunca antes vista neste Parlamento.

É intolerável, principalmente nos tempos atuais, que pes-soas tenham comportamentos repugnantes, principalmente na nossa função pública. As palavras, posições e decisões pessoais de um parlamentar não representam, de forma alguma, a Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo, tampouco o conjunto de deputadas e deputados que formam esta Casa.

Não é a primeira vez que esta Casa vai registrar a falta de decoro, seja por comportamento sexista, por preconceito ou por incitação ao ódio, mas, sinceramente, espero, e trabalharei para que seja a última.

A todas as deputadas e deputados um sério alerta. Deve-mos ser exemplo para a população, e nos portarmos como espelho de uma sociedade mais justa e igual para todas e todos.

Muito obrigado.

Iniciando a lista de oradores do Pequeno Expediente, depu-tado Reinaldo Alguz. (Pausa.) Deputado Delegado Olim. (Pausa.) Deputado Castello Branco. (Pausa.) Deputado Tenente Nasci-mento. (Pausa.) Deputado Emidio de Souza. (Pausa.) Deputada Edna Macedo. (Pausa.) Deputada Leci Brandão. (Pausa.) Depu-tado Dr. Jorge Lula do Carmo. (Pausa.) Deputado Major Mecca. - O SR. MAJOR MECCA - PSL - SEM REVISÃO DO ORADOR - Boa tarde, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, a todos que nos acompanham pela TV AleSp e pelas redes sociais.

Há de se lembrar, Sr. Presidente, que, quando o senhor citou o posicionamento do deputado estadual Arthur “Mamãe Falei” a respeito das mulheres, de forma extremamente desrespeitosa, criminosa, há de se lembrar da gravidade, não só no Brasil, mas no mundo inteiro, do tráfico de mulheres.

Esses tours que ele citou, tours pelo leste europeu, essas mulheres são aliciadas com promessas de emprego; chegam lá, são drogadas, escravizadas e viram vítimas sexuais de homens com essa postura e esse comportamento.

Esta Casa precisa, com celeridade, dar resposta a essa fala e a esse comportamento. Não podemos, como Poder Legislativo, compactuar com esse tipo de posicionamento. A resposta precisa ser célere. A Justiça tem que ser rápida.

Estamos, inclusive, além da representação no Conselho de Ética, junto com a deputada Valeria Bolsonaro, o deputado Danilo Balas, Gil Diniz, Frederico d’Avila, Castello Branco, estamos apresentando representação na Procuradoria-Geral da República, justamente por conta desse problema do tráfico de mulheres, que é um crime gravíssimo que infelizmente assola as mulheres não só no Brasil, como no mundo inteiro.

Queria citar também acerca das nossas emendas que estamos protocolando ao Projeto de lei Complementar nº 2, de 22, que trata do reajuste salarial dos funcionários públicos, dos integrantes da Segurança Pública, dos nossos nobres e guerrei-ros policiais do estado de São Paulo.

A primeira emenda que estou apresentando é para que o reajuste de 20% seja de 26,62%, considerando o acúmulo da inflação nos últimos três anos e considerando a mudança de faixa de imposto de renda que o soldado passará a ter. Muitos, de 15%, irão para 27,5%, então isso representará um desconto importante no holerite dos policiais. Então, a nossa emenda é para que o reajuste seja de 26,62 por cento.

Há uma outra emenda para que o teto do auxílio-alimenta-ção, que o governo propõe 199 Ufespς, seja de 262 Ufespς, por-que com 166 Ufespς só soldados e cabos receberão o ticket. Os sargentos não receberão. Então, fizemos uma emenda para 262.

E a terceira emenda é para que esse ticket que o nosso policial recebe, de 12 reais... Quem consegue fazer uma refeição em São Paulo com 12 reais? Não consegue. A média para se fazer uma refeição em São Paulo é de 36 reais. Então, a terceira emenda pede a alteração do valor do ticket alimentação dos policiais de 12 para 36. É o velho ticket de 12 reais que tem até o apelido hoje de “vale-coxinha”.

Então, essas emendas são importantes para que possamos minimizar o problema, o impacto da miséria que atravessa os profissionais da Segurança Pública no estado de São Paulo. Temos problemas serriíssimos, principalmente em relação à saída de policiais.

Por semana, estamos com mais de 50 policiais militares e outros tantos policiais civis pedindo baixa da instituição, pedindo exoneração, pedindo licença sem vencimentos, porque se tornou insuportável a situação de miséria que os policiais atravessam hoje na Segurança Pública.

E esse impacto recai de forma muito forte na sociedade. Hoje nós vemos o aumento enorme do crime de roubo em São Paulo, roubo de celulares, de sequestros, quadrilhas de PIX sequestrando trabalhadores para fazer transferência bancária e daí por diante.

Muito obrigado, Sr. Presidente. Voltaremos a esta tribuna para continuar cobrando o governo em relação aos problemas dos policiais no estado de São Paulo.

- Assume a Presidência o Sr. Coronel Telhada.

O SR. PRESIDENTE - CORONEL TELHADA - PP - Obrigado, deputado. O próximo deputado é o deputado Jorge Wilson Xerife do Consumidor. (Pausa.) Deputado Adalberto Freitas. (Pausa.) Deputado Edmir Chedid. (Pausa.) Deputada Carla Morando. (Pausa.) Deputado Coronel Nishikawa, V. Exa. tem o tempo regimental.

O SR. CORONEL NISHIKAWA - PSL - SEM REVISÃO DO ORADOR - Boa tarde a todos os colegas presentes, assessorias, aos policiais militares, policiais civis desta Casa. Hoje é um dia muito triste para nós. É o primeiro dia presencial. Nós estamos vindo aqui repudiar a atitude do Arthur do Val. Ele é um crítico até dos colegas. Chama colegas de vagabundos.

Então ele está colhendo aquilo que plantou. Ele sempre foi desta forma. Todos conhecem o procedimento dele. Portanto, esse é o primeiro pronunciamento no sentido de poder apurar da melhor forma possível para que seja punido exemplarmente. Eu acho que envergonha o nosso Parlamento e não é isso que nós queremos no nosso Parlamento.

Eu me senti envergonhado quando eu assisti ao vídeo feito na divisa da Ucrânia, num país que está beligerante, num país em que todos estão fugindo para não sofrerem as consequên-cias da guerra.

A segunda coisa que eu quero dizer é a seguinte: sobre o aumento salarial dos agentes da Segurança Pública. Nós vamos apresentar ou apresentamos, protocolamos mais 20% sobre os 20 por cento.

É inconcebível durante o período que nós estamos, do tempo que nós estamos - eu já estou há 23 anos aposentado -, durante esse período nós nunca vimos um aumento. Então 20% hoje não significa absolutamente nada.

Portanto, estamos apresentando uma emenda de 20% para toda a categoria da Segurança Pública e 20% para todos os funcionários públicos, que é o mínimo que se pode fazer.

O estado que mais arrecada no País é um dos estados que pior remunera os seus funcionários. Sem os funcionários não anda o Estado e todo mundo sabe disso. Sobre o valor da alimentação, nós estamos mandando 300 Ufir. Eu acho que é muito pouco; não atingiria quase ninguém. Portanto, 300 Ufir para poder complementar o auxílio-alimentação.

Acima de tudo, gostaria também de repudiar as falas do Sr. Secretário de Segurança Pública dizendo que o governador deu um aumento excepcional. Não deu aumento excepcional; ele apenas deu um reajuste que não vai ser aumento. Não é um aumento. Um reajuste de 20% não alcança nem metade de um valor que ficou para trás.

Então 20% é um valor que está aquém daquela expectativa que nós tínhamos sobre aumento - aumento ou uma reposição. A defasagem é muito grande. Então nós estamos trabalhando, nós estamos junto com o funcionário público como sempre estivemos.

Eu acho que dizem representantes da Polícia Militar ou das forças de segurança... Eu sempre briguei por eles, briguei por mim. Eu sou um funcionário público aposentado. Repito: 23 anos de aposentado.

Estou aqui tentando pelo menos dar uma dignidade para os nossos companheiros, para quem é funcionário público em geral, não é só forças de segurança que estão dessa forma, com o salá-rio defasado. Estaremos cobrando, sim, Sr. Governador; sempre estaremos ombro a ombro juntos com os funcionários públicos.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE - CORONEL TELHADA - PP - Muito obrigado, deputado. Próxima deputada, deputada Maria Lúcia Amary. (Pausa.) Deputado Marcos Damasio. (Pausa.) Deputado Professor Walter Vicioni. (Pausa.) Deputada Leticia Aguiar. (Pausa.) Deputada Janaina Paschoal. (Pausa.) Deputado Sargento Neri. (Pausa.) Deputado Agente Federal Danilo Balas. (Pausa.) Deputada Marta Costa. (Pausa.) Deputada Valeria Bolsonaro. (Pausa.) Deputada Professora Bebel. (Pausa.) Deputado Dirceu Dalben. (Pausa.) Deputado Douglas Garcia. (Pausa.) Deputada Dra. Damaris Moura. (Pausa.) Deputado Carlos Giannazi. Vossa Excelência tem o tempo regimental.

O SR. CARLOS GIANNAZI - PSOL - SEM REVISÃO DO ORA-DOR - Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sras. Deputadas, público aqui presente, telespectador da TV Assembleia, eu gostaria de inicialmente manifestar o meu total repúdio, meu veemente repú-dio, às falas do youtuber que se tornou um correspondente de guerra, Mamãe Falei, que é dublê também de deputado estadual.

Foi uma fala depravável, execrável, além de machista, misó-gina, porque ela agride a dignidade humana, não só das mulhe-res ucranianas, mas de todas as mulheres do planeta Terra; mas também mostra ali a falta de empatia com o sofrimento alheio.

Uma pessoa que diz aquelas coisas no meio de uma guer-ra, no meio de um processo de calamidade pública, um momen-to de emergência, de excepcionalidade, onde as pessoas estão sendo mortas, sofrendo, no meio de uma guerra, é um socia-pata, talvez um psicopata, no mínimo, que não merece ter uma cadeira aqui na Assembleia Legislativa de São Paulo.

Aliás, aquela fala comprometeu todos nós. A Assembleia Legislativa virou o centro das atrações, não só do Brasil, mas do mundo. Vários jornais internacionais estão falando do que aconteceu e citando a Assembleia Legislativa. Então o Parla-mento Paulista não pode aceitar.

É por isso que nós já protocolamos uma representação na Comissão de Ética; aliás, assinamos também outras, coletivas. E, aliás, vários deputados protocolaram representações pedindo a cassação do mandato do Mamãe Falei.

Nós temos representações individuais, coletivas, e inclusive muitas delas chegando aqui da sociedade civil: das centrais sindicais, da OAB, que vai protocolar um agora à tarde, até a ministra Damares também está pedindo a cassação. Nós temos manifestações de todo o Brasil.

Então o mínimo que a Assembleia Legislativa tem que fazer, o mínimo, que é pouco ainda, é a cassação imediata do mandato parlamentar desse deputado, que agrediu não só as